



EDITAL

PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 102/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1075/SEMAD/2024

MENOR PREÇO “UNITÁRIO”.

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PREÂMBULO:

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **Dia 16/12/2024, às 08h59min.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia 16/12/2024, às 09h00min.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia 16/12/2024, às 09h10min.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

Havendo a necessidade, poderá o (a) Pregoeiro (a) prorrogar qualquer prazo, motivadamente. LOCAL: <https://licitanet.com.br/>

A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, através do (a) Pregoeiro (a) Oficial, nomeado (a) pela portaria nº 073/2023, com sede na Avenida São João Batista, nº 1613, Centro, torna público á quem possa interessar que se encontra instaurada a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, no regime de TAREFA, tudo em conformidade com as regras estipuladas na Lei n.º 14.133/21, Decreto federal nº 10.024/19, bem como a LC nº 123/2006, alterada pelas LC nº 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 E 48/GAB/PMPM/2023, Decreto Municipal nº 230/2019, Lei Complementar Municipal 003/2018, com aplicação subsidiária da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e demais exigências disposto no presente edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

1* Pregoeiro (a): WENDEL BRAGANÇA DIAS

2* E- mail: cpl@presidentemedici.ro.gov.br

3* Fone/Fax: (69) 3471- 4168 setor CPL (Comissão Permanente de Licitações)



4* Fone/Fax: (69) 3471- 2551 Prefeitura Municipal

1. DO OBJETO: Registro de Preço para aquisição de Materiais de Limpeza de uso em geral, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura municipal de Presidente Médici/RO em adquirir os produtos, por um período de 12 (doze) meses.

A LICITANET – Licitações On-line atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

1.1 Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.2 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico:

www.licitanet.com.br.

1.3 A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

1.3.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo N° **1-1075/SEMAD/2024**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO DITAL

3.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica via sistema **Licitanet/Processos/Ações**, via e-mail para o endereço: cpl@presidentemedici.ro.gov.br, ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3471-4168 ou 3471-2551, ou ainda, poderá também protocolar o original junto a



Superintendência, no horário das 07h30 às 13h30(horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. São João Batista, nº 1613, Centro – Presidente Médici/RO - CEP: 76.916- 000.

3.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

3.1.2 A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação) e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

3.1.3 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da 7.1s, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

4.1 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos e as informações adicionais que se fizerem necessárias para a elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO**, manifestando-se SOMENTE via e-mail cpl@presidentemedici.ro.gov.br, durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Presidente Médici das 07h30 às 13h30 (horário local), (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3471-4168 ou 3471-2551), ou ainda, protocolar o original junto a Superintendência, no horário das 07h:30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira (horário local), situada na Av. São João Batista, nº 1613, Centro – Presidente Médici/RO /RO - CEP: 76.916- 000, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

4.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.

4.3 As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos



regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.2. Não cabe aos licitantes, após a abertura da sessão a alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.3. Como requisito para participação e habilitação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

6. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

6.1. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação** e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

6.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

6.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

a) custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

b) **Para todas as empresas;**

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 134,00	R\$ 224,00	R\$ 377,00	R\$ 557,00



c) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

d) A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Presidente Médici.

6.4. Poderão participar desta Licitação somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

6.5. Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

6.6. A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

7. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

7.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

7.2. Sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso, a união de esforços se faz necessária, apenas na questão de alta complexidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isolada de empresas, o que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum;

7.3. A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

7.4. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

7.5. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.



7.6. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

7.7. Para tais efeitos, entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%) ou representantes legais comuns e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.

8.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.3. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 5.3.1.2.**

8.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

8.5. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

8.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633 (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

8.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

8.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Presidente Médici-RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



8.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

9. – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007.

9.1. No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

9.2. Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

9.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

9.4. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

9.5. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

9.6. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

9.7. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

9.8. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



- 9.9. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 9.10. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 9.11. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 9.12. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calandário, anteriores;
- 9.13. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 9.14. O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.
- 9.15. A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).
- 9.16. O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 10.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.
- 10.2. Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.
- 10.3. Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.
- 10.4. Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

11. – DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 11.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço,



até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

11.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.2.1 Valor unitário e total dos itens;

11.2.2 Marca/Modelo;

11.2.3 Fabricante;

11.2.4 Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

11.2.5 11.3. A etapa de encaminhamento da documentação será encerrada com a abertura da sessão pública.

11.2.6 11.4. O envio da proposta constante no **Anexo II**, acompanhada dos documentos de habilitação (original) exigidos no **Anexo III** deste edital, deverá ser **ENVIADO** na ordem em que foram solicitados e em um único anexo em **PDF COMPRIMIDO**, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

11.2.7 11.5. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

11.6. A falsidade das declarações exigidas no Edital, sujeitará o licitante a sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

11.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.8. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

11.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, exclusivamente pelo sistema, observado o prazo de 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

11.11. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas



propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).

11.12. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

11.13. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.14. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

11.15. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

12. – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito na inicial desse edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

12.2. O licitante deverá incluir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2.1 Valor unitário e total dos itens;

12.2.2 Marca/Modelo;

12.2.3 Fabricante;

12.2.4 Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);



12.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

12.4. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

12.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

12.6. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM **DECLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO PREGOEIRO.

12.7. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

12.8. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.9. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

12.10. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

12.11. A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pelo Pregoeiro, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no

Item 15.

12.12. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

12.13. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;



12.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

12.15. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

12.16. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

12.17. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

12.18. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

13. DO MODO DE DISPUTA

13.1. No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos do Decreto Federal de nº 10.024/2019.

13.2. Modo de Disputa Aberto (Inciso I, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.3. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$ 0,01 (um centavo) menor que o valor do último lance.

§ 1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação.

§ 2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal 10.024/2019, mediante justificativa.

13.4. Modo de Disputa Aberto e Fechado (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.



§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

14. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

14.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.2. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

14.3. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 12 (doze) horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

15. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's NO AMBITO MUNICIPAL

15.1. Na disputa de itens de participação **Exclusiva** ou **Cotas Reservadas** para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:



15.2. Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individuais sediadas locais, regional ou estatualmente, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, Regional, ou Estadual sejam iguais ou **até dez por cento superiores** ao menor preço;

b) nos termos da Lei Complementar Municipal 003/2019, **nos itens destinados às ME/EPP/MEI**, o critério de preferência será oferecido:

I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.

II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.

III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Estadual.

c) para efeito do item anterior, considera-se:

I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Presidente Médici;

II – Entendem-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião de Presidente Médici, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; quais sejam; Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-paraná, Mirante da Serra, Nova União, Urupá, Teixeirópolis, Theobroma, Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso, Cacoal, Castanheiras, Ministro Andreazza, Novo Alvorada do Oeste e Nova Brasilândia do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste.

III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

d) nas licitações a que se refere o subitem anterior, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

16. DO DESEMPATE



16.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Municipal 3.696/2016, seguido da aplicação do critério estabelecido na Lei 14.133 01 de abril de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

16.2. Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada como lance.

16.2. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

16.2.1. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço;

16.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16.4. Em caso de empate entre empresas não declarantes ME/EPP, o sistema automaticamente verificará se existe empresa declarante ME/EPP cujo valor de seu lance é maior ou igual que o lance empatado, mais 5% (cinco por cento).

16.4. Caso não exista ou estas não manifestarem interesse persistindo o empate, o sistema desempatará o certame através de sorteio.

16.5. Caso exista, o sistema automaticamente convocará a empresa declarante mais bem classificada para apresentar um lance final. Se o valor deste lance for inferior àquele considerado vencedor do certame, o sistema dará como vencedora esta empresa;

16.6. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

16.7. Ocorrendo o empate na disputa de itens de Participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, obedecer-se-á ao disposto na Lei Municipal Complementar nº 003/2019 e suas alterações, quanto à preferência das empresas declarantes ME/EPP/MEI sediadas Local, Regional ou Estadualmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme **Item 15** do presente edital.

16.8. Caso as empresas empatadas possuam o mesmo critério de preferência, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



17. – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

17.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de 02 (Duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e, se necessário, dos documentos complementares.

§ 3º Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no Art. 43 do Decreto Federal 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exigirem apresentação de planilha de composição de preços.

17.2. Após finalização dos lances, negociações e atualizações dos preços, o Pregoeiro examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços, bem como, se o valor unitário e total se encontra com no **máximo 02 (duas) casas decimais;**

17.3. O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços. Vide Decisão nº. 263/2014- PLENO/TCE-RO.

17.4. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA E CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS. Caso a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

18. - DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

18.1. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchido, juntamente com a documentação **habilitatória complementar** (Anexo II), caso haja.

18.2. O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET/LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

19. – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS



19.1. Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

19.2. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo Pregoeiro, por meio do CHAT MENSAGEM;

19.3. Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

19.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

19.5. A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

19.6. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 16.1** deste edital de licitação;

19.7. O pregoeiro poderá solicitar PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

20. – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

20.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

20.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

20.3. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

20.4. Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

21. – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

21.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo III** deste edital.

21.2. A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

21.3. A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.



21.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

21.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for à matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

21.6. A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

21.7. Depois de solicitado pelo pregoeiro, a empresa melhor classificada terá o prazo de até **02 (duas) hora** para enviar a documentação complementar para habilitação através do módulo HabilitaNet/Licitanet.

21.8. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

21.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

21.10. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

21.11. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei.



21.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

21.13. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

21.14. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

21.15. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

21.16. A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 14.133 de 01/04/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

21.17. A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

21.18. Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

21.19. Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o pregoeiro poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

21.20. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

22. – DOS RECURSOS



22.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo aberto pelo pregoeiro, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

22.2. A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

22.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

22.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 1 (um) dia, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

22.5. Os recursos serão dirigidos à Superintendência Municipal de Licitações - SML, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 1 (um) dia útil ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

22.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da SML, na Sede do Município de Presidente Médici - RO, no endereço mencionado anteriormente.

23. – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

23.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES ADJUDICANDO-O.

23.2. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

23.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

23.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.



23.5. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

23.6. Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

24. – DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento das notas fiscais se dará conforme ordem cronológica, não ultrapassando 30 dias, contando a partir do recebimento do produto/serviço, conforme previsto na lei.

25. – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicar a Contratada inadimplente as seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa, sobre o valor contratado, no seguinte percentual:

§ 1º 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado, no caso de atraso na entrega do objeto do contrato ou na substituição de bens ou serviços, ou ainda, por ocorrência de descumprimento contratual, limitado a 20% (vinte por cento) a ser calculado sobre o valor dos objetos não entregues;

III. Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com Administração, aplicados conforme a seguinte gradação das faltas cometidas:

§ 1º Gravíssima: 05 (cinco) anos, mais declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública. Compreende os casos de crime na execução do contrato, inexecução total e a recusa em assinar o contrato;

§ 2º Grave: 04 (quatro) anos. Compreende os casos de retardamento da execução do objeto com prejuízo à Administração;

§ 3º Leve: 03 (três) anos. Retardamento da execução do objeto, sem prejuízo à Administração;

§ 4º Às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

a) Pelo descumprimento total ou parcial do contrato pela Contratada, a Administração poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;



b) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

c) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei;

d) Não se aplica a multa referida no inciso II em casos fortuitos ou de força maior, condicionando a contratada a apresentar justificativa por escrito, até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo para a entrega dos objetos, porém, na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada;

e) As penalidades previstas nesse tópico não excluem outras decorrentes da Lei nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021.

f) Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no 14.133, de 01 de Abril de 2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

25.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;**

b) Impedimento de licitar e de contratar com o MUNICIPIO DE PRESIDENTE MÉDICI, pelo prazo de até cinco anos;

c) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

25.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



25.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25.6. Sem prejuízo das sanções já previamente citadas, será considerado ainda o estabelecido no Termo de Referência.

26. – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.1 Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

14.2.2 Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

26.3 Proceder a entrega dos itens, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

26.4 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação.

26.5 Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

26.6 Atender prontamente às solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

26.7 Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos itens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;

26.8 Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

26.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;



26.10 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

26.11 Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

26.12 Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução/entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

26.13 Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

26.14 Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

26.15 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

26.16 Indicar e-mail e número de Whatsapp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

26.17 É de responsabilidade da Detentora da Ata refazer por sua conta, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos rejeitados, não aceitos, por má execução ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente.

Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficará a cargo exclusivo da DETENTORA DA ATA não sendo reembolsável pelo Município.

26.18 A DETENTORA DA ATA deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; nº do telefone fixo e celular; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência da ata.

26.19 A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ATA, observado os limites de quantidades estipulados.

27. – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias do Município interessados na ARP, quando houver.

27.2 Se a futura e eventual contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos



recursos específicos consignados no orçamento do Município de Presidente Médici-RO conforme abaixo:

SEMOSP

Unidade Orçamentaria: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Programação: 2032

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 091

SEMUSA

AB

Unidade Orçamentária: 10.301 0014 2212 0000

Programa: 2212

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 220

MAC

Unidade Orçamentária: 10.302 0014 2072 0000

Programa: 2072

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 234

CAPS

Unidade Orçamentária: 10.302 0014 2074 0000

Programa: 2074

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 237

VISA

Unidade Orçamentária: 10.304 0014 2077 0000

Programa: 2077

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 248

EPIDEMIOLOGIA

Unidade Orçamentária: 10.305 0014 2076 0000

Programa: 2076

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 252

FARMACIA BASICA Unidade Orçamentária: 10.303 0014 2075 0000

Programa: 2075

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00



Ficha: 242

CMS

Unidade Orçamentária: 10.122 0013 2061 0000

Programa: 2061

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 266

RP

Unidade Orçamentária: 10.122 0013 2059 0000

Programa: 2059

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 258

SEMADRH

Unidade Orçamentária: secretaria municipal de administração e recursos humanos

Programação: 2010

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 37

SEMEC

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 122 0010 2039 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 113

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2050 0002

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 136

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2054 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 487

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2054 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 162

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2054 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00



Ficha: 163

Unidade Orçamentária: 12 365 0010

Programação: 12 365 0010 2052 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 176

Unidade Orçamentária: 12 365 0010

Programação: 12 365 0010 2052 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 177

Unidade Orçamentária: 12 367 0010

Programação: 12 367 0010 2050 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 190

Unidade Orçamentária: 13 122 0011

Programação: 13 122 0011 2047 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 201

Unidade Orçamentária: 13 122 0011

Programação: 13 122 0011 2047 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 205

SEMAS

Unidade Orçamentária: Fundo Mun. Assistência Social - FNAS

Programação: 08.244.0016.2083.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 323

Programação: 08.244.0016.2084.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 336 e 534

Programação: 08.244.0016.2088.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 349 e 532

Programação: 08.244.0016.2089.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 361, 525 e 546

Programação: 08.244.0016.2233.0000



Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 377 e 545

Programação: 08.244.0016.2235.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 385 e 542

Programação: 08.244.0012.2236.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 387

Programação: 08.244.0012.2237.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 389

Programação: 08.244.0012.2246.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 424

Programação: 08.244.0012.2288.0003

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 447

Programação: 08.122.0004.2080.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 396

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

Programação: 08.243.0017.2243.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 412

SEMAT

Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Médici

Unidade Orçamentaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo

Programação: 0004.2023. MAN. ATIVIDADES ADM. E OPERACIONAIS. - SEMAT

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 64

28. – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

28.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto deste Edital, através de representantes designados pela Secretaria (Comissão de Recebimento e Comissão de Certificação);



28.2. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital;

28.3. Não permitir que outrem execute objeto do presente Edital;

28.4. Aplicar a contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis

28.5. Devolver os produtos caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Edital, ficando a contratada sujeita às sanções cabíveis.

28.6. A Contratante, por meio da Comissão de Certificação, motivará a apuração de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste pedido, por parte da Contratada.

29. – DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

29.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses;

29.2. Os preços não sofrerão reajuste durante a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo nas condições previstas no decreto nº11.462 de 31 de março de 2023.

29.3. Os preços registrados só poderão ser revistos em decorrência de:

- a) Redução daqueles praticados no mercado; ou
- b) Fato superveniente que eleve o custo dos bens registrados.

29.4. A Contratante convocará a empresa registrada/Contratada para negociação a fim de obter a redução dos preços registrados, liberando-a do compromisso caso a negociação seja frustrada, situação em que serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

29.5. Caso a Contratada comprove, fundamentadamente, a impossibilidade de manter o preço registrado, a Contratante poderá liberá-la do compromisso assumido, se a comunicação da Contratada ocorrer antes do recebimento da Nota de Empenho.

29.6. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, a ser feita, através de notas fiscais de aquisição do objeto, lista de preços de fornecedores, planilhas demonstrativas do custo dos produtos ou outros que demonstrem, indiscutivelmente, a elevação do custo do objeto;

29.7. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar/protocolar documento na Prefeitura do Município de Presidente Médici-RO a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração;

29.8. O pedido de Reajuste de preço se for entregue após o recebimento de empenho, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

30. – DAS CONDIÇÕES GERAIS

30.1. A Administração Pública se reserva no direito de:



30.1.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

30.1.2. Revogar, **se for considerada inoportuna, por interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

30.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

30.3. O Pregoeiro ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

30.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.5. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo Pregoeiro.

30.6. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores.

30.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.



- 30.9. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.
- 30.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 30.11. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 30.12. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.
- 30.13. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;
- 30.14. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.
- 30.15. Fica assegurada a unidade requisitante, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;
- 30.16. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.
- 30.17. Aos **Casos Omissos**, serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº.10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.
- 30.18. É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração;
- 30.19. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.licitanet.com.br e alternativamente no site www.PresidenteMedici.ro.gov.br.



30.20. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

30.21. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (69) 3471- 4168 OU 3471-2551, ou na **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML.**

30.22. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

30.23. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico **www.licitanet.com.br**.

30.23.1. Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

30.24. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

30.25. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3471-4168, ou na sede Prefeitura de Presidente Médici/RO.

31. – ANEXOS

31.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V: MINUTA DO CONTRATO/ATA / CADASTRO RESERVA

ANEXO VI: APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

31.2. O documento descrito no anexo VI, estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP bem como no site da prefeitura municipal, <https://transparencia.presidentemedici.ro.gov.br/transparencia>.



31.3. As empresas participantes do certame, deverá se atentar as especificações dos itens descritos no termo de referência anexado ao edital.

Presidente Médici, 29 de novembro de 2023.

Wendel Bragança Dias
Agente de Contratação / Pregoeiro
Portaria nº 073/2023

Digitado por: Kalita Duarte Antunes de Araújo
GERENTE DE APOIO A LICITAÇÃO

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 102/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1075/SEMAD/2024

TERMO DE REFERÊNCIA LEI 14.133/21 Processo Administrativo n. 1075/2024

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas ao Art. 37, XXI, da CF/88, aplicando-se a Lei Nº 14.133/21, bem como normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão futura aquisição.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de Preço para aquisição de Materiais de Limpeza de uso em geral, para atender as **necessidades das secretarias municipais da Prefeitura municipal de Presidente Médici/RO em adquirir os produtos, por um período de 12 (doze) meses.**

2.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADE DO OBJETO

ITEM	CÓDIGO SCPI	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QNT.
------	----------------	------------------	-----------	------	------



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



1	040.010.015	230246	ABSORVENTE Para uso externo, suave, sem abas, para o dia, tamanho e espessura normal, pacote com aproximadamente 08 und.	PCT	80
2	040.010.043	288988	ABSORVENTE HIGIÊNICO PARA USO EXTERNO, SUAWE, COM ABAS pacote com aproximadamente 08 und.	PCT	70
3	007.002.010	310507	AGUA SANITARIA FRASCO 1 LITRO Com as normas técnicas: registro no Ministério da Saúde e Unidade de Fornecimento.	FRASC	7080
4	007.001.041	265537	AMACIANTE DE ROUPAS EM FRASCO PLÁSTICO COM 2 LITROS. LIQUIDO, VISCOSO OPACO, COR AZUL CLARO, FRAGANCIA FLORAL. DILUIÇÃO DE 5 A 8 ML POR QUILO DE ROUPA. PRODUTO INDICADO PARA USO PROFISSIONAL. NOTIFICADO PELA ANVISA.	FR	90
5	040.016.041	441933	APARELHO BARBEAR TIPO: DESCARTÁVEL MATERIAL LÂMINA: AÇO QUANTIDADE: LÂMINA: 2 UND MATERIAL CABO: PLASTICO EMBALAGEM COM 02 UNIDADE	UND	290
6	007.002.015	286790	BALDE PLASTICO 12LT 1ª QUALIDADE PEDREIRO COR PRETO	UNID	98
7	040.008.097	351157	CERA LIQUIDA INCOLOR PARA VÁRIOS TIPO DE PISO – EMBALAGEM DE 5 LITROS Emulsionada é formulada com matérias primas especiais que proporcionam um brilho intenso e de longa duração.	UND	117
8	007.002.152	293179	CERA LIQUIDA COR AMARELA PARA VÁRIOS TIPOS DE PISO Características adicionais: Embalagem de 5 litros emulsionada é formulada com matérias primas especiais que proporcionam um brilho intenso e de longa duração	LT	50
9	007.002.020	456391	CESTA PARA LIXO COM TAMPA BASCULANTE 45 LITROS	UNID	86
10	007.002.143	325551	CESTO COM ALÇA DE ALTA RESISTÊNCIA E TAMPA CAPACIDADE 90 LITROS Características adicionais: Com pedal	UND	68
11	007.007.001	320274	CESTO PARA LIXO COM TAMPA E PEDAL 10 LITROS	UND	84
12	007.002.021	458032	CESTO PARA LIXO COM TAMPA E PEDAL 30 LITROS	UNID	173
13	007.002.022	314993	CESTO PLASTICO FECHADO PARA LIXO CAPACIDADE DE 100 LITROS COM TAMPA	UNID	41
14	007.002.023	289422	CESTO TELADO PARA LIXO CAPACIDADE 10 LITROS	UNID	63
15	040.029.008	451961	CONDICIONADOR CABELO INFANTIL SEM ÁLCOOL E COM PH BALANCEADO FRASCO APROXIMADAMENTE 200 ML	UND	50
16	040.023.004	224785	CONDICIONADOR CABELOS ADULTO, FRASCO APROXIMADAMENTE 200ML SEM ÁLCOOL E COM PH BALANCEADO	UNID	70
17	040.023.010	224786	CREME DE PENTEAR CAPILAR SEM ENXAGUE PARA ADULTO, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 300 ML COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO DE MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UND	70
18	040.029.009	451961	CREME DE PENTEAR INFANTIL PARA CABELOS NORMAIS, FRASCO APROXIMADAMENTE 300ML	UND	50
19	007.002.148	481318	CREME DENTAL COM FLÚOR. (ADULTO) Sua formula em creme. Refresca hálito. Fortalece os dentes. Possui proteção anticárie com flúor. Bisnaga plástica com 90g.	UND	2180
20	016.002.676	452037	CREME DENTAL COM FLÚOR. (INFANTIL) Suaave fórmula em gel. Com flúor, que ajuda na prevenção contra cáries. Sabor: tutti-frutti, Nível de Flúor: 1100PPM. Bisnaga plástica com 50g.	UND	3090
21	007.002.149	381409	DESINFETANTE LIMPEZA PESADA Características adicionais: frasco 500ml	UND	1669
22	007.002.144	420084	DESINFETANTE P/ BANHEIRO, FRASCO 2 LITROS Características adicionais: frasco 2 litros para uso geral, germicida e bactericida com eficiência, com aroma variados.	UND	4760
23	040.016.002	483803	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE TIPO AEROSOL COM PERFUME PRAZO VALIDADE: MÍNIMO 80% DA DATA DE FABRICAÇÃO ANTITRANSPIRANTE COMPOST ÁLCOOL ETILICO	UN	70
24	040.007.034	457804	DESODORIZADOR DE AR SPRAY 360 ML	UND	405
25	040.008.053	449798	DETERGENTE LIQUIDO LAVA LOUÇA 500ML DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS/PRESERVANTES E ESPESANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR alquilbenzeno SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO LAVAGEM DE LOUÇA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	UND	8558
26	016.002.581	438150	ESCOVA DENTAL ADULTO Com cerdas arredondadas. Possui cabo cônico ergonômico, que evita o acúmulo de sujeira. Embalagem com 1 unidade	EMB	1100
27	016.002.042	438149	ESCOVA DENTAL INFANTIL CABO PLÁSTICO, RÍGIDO, RESISTENTE E ANATÔMICO COM CERDAS DE NYLON EXTRA MACIAS COM PONTAS ARREDONDADAS APARADAS	UN	3070



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



			UNIFORMENTE EM CORES SORTIDAS EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.		
28	040.008.025	450514	ESCOVA P VASO SANITARIO Material cerdas de nylon, aplicação: limpeza de sanitário, medidas cabo com 38 cm.	UN	69
29	007.002.150	447891	ESCOVA PARA LAVAR UNHA escova unha Material corpo: plástico Material cerdas: náilon Tipo: monofase Cor cerdas: branca	UND	30
30	007.002.026	448502	ESCOVA PRA LAVAR ROUPA EM PLASTICO RESISTENTE	UNID	79
31	007.002.145	481018	ESPONJA DE LÃ DE AÇO Características adicionais: pacote com 8 unid	UND	1314
32	007.002.030	250722	ESPONJA DE LAVAR LOUÇA DUPLA FACE EMPACOTADO INDIVIDUALMENTE	UNID	3039
33	040.023.019	452005	ESPONJA PARA BANHO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UND	110
34	040.010.009	380323	FILTRO DE PAPEL (PARA CAFÉ) Nº 103 CX C/ 30 UND	CX	52
35	016.002.343	407764	FIO DENTAL EM EMBALAGEM RIGIDA DE PLASTICO, ENCERADO DE 50M EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	UND	2030
36	007.002.031	300142	FLANELA PARA LIMPEZA DE BOA QUALIDADE 40X60CM	UNID	729
37	007.002.146	396052	GUARDANAPO DE PAPEL FOLHA SIMPLES 24X24CM Com 50 und	PCT	1125
38	040.023.017	481317	HASTE FLEXÍVEL COM 02 PONTAS, PCT COM 75 UND MATERIAL PONTA: ALGODÃO MATERIAL HASTE: PLÁSTICO	PCT	55
39	007.002.032	484679	INSETICIDA AEROSOL 300ML CONTRA FORMIGA,BARATA,MOSCA,MOSQUITO DA DENGUE	FRASC	285
40	040.008.064	602989	ISQUEIRO A GÁS DESCARTÁVEL 8.0 CM	UND	173
41	007.002.033	372044	LIMPA ALUMINIO 500ML	FRASC	1479
42	007.002.034	300935	LIMPADOR DE VIDRO COM PULVERIZADOR 500ML	FRASC	299
43	007.002.035	293351	LIMPADOR MULTIUSO 500ML	FRASC	1274
44	007.007.002	410259	LIXEIRA DE COPOS COM 2 TUBOS (ÁGUA E CAFÉ) Possui 02 (dois) tubos sendo um para descarte de copos de 180/200mL (água) e, o outro, para descarte de copos de 50mL (café), os tubos são extrusados em plástico resistente, fixado em base plástico. Acompanha adesivos correspondente (lixo copo café / lixo copo água).	UND	20
45	040.008.072	288871	PÁ P/ LIXO EM ALUMINIO C/ CABO DE MADEIRA	UND	83
46	007.002.094	279329	PALITO DE FOSFORO CURTO CX C/ 40 UNIDADE MAÇO C/ 10	MC	130
47	007.002.095	221317	PALITO DENTAL DE BAMBU CAIXA COM 100 UNID	CX	115
48	040.012.210	377524	PALITO PARA ESPETINHO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	62
49	040.008.107	481028	PANO DE CHÃO ATOALHADO Pano de Chão Atoalhado (Felpudo) TAMANHO do pano: 50 cm X 90 cm COMPOSIÇÃO: 85% Algodão e 15% Poliéster ÓTIMA ABSORÇÃO, NÃO SOLTA PELOS (FIAPOS).	UND	662
50	007.002.122	396308	PANO DE LIMPAR CHAO EM ALGODAO, QUE NAO SEJA TIPO SACO, BOA QUALIDADE 90 CM PANO DE LIMPAR CHAO EM ALGODAO QUE NAO SEJA TIPO SACO BOA QUALIDADE 90 CM	UNID	385
51	040.012.760	357462	PANO DE LIMPEZA PARA ARTESANATO Material: algodão cru, comprimento:85 cm, largura:60 cm, características: chão tipo: saco Características adicionais: rolo de 100 metros	RL	37
52	040.007.016	321633	PANO DE PRATO ALGODÃO 100% algodão, de boa qualidade medindo aprox. 30x40 cm	UND	804
53	040.007.013	443004	PAPEL HIGIENICO BRANCO, PICOT., FOLHA DUPLA, PCT 4 ROLOS 30 MT X 10 CM	PCT	9975
54	007.002.041	410381	PAPEL TOALHA PICOTADO BRANCO COM 2 ROLOS 40 METROS	PCT	3280



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



55	007.002.042	350834	PEDRA SANITARIA COM REDE PROTETORA 25G	UNID	1240
56	007.002.154	437511	PENTE PARA CABELO Em plástico rígido, profissional, dentes finos, resistente e com tamanho de 21cm.	UND	40
57	007.001.036	248518	REMOVEDOR DE LIMPEZA PESADA - EMBALAGEM DE 2 LITROS PARA ELIMINAR SUJEIRAS E ENCARDIDOS DE PISO	UND	130
58	007.002.044	406456	RODO PLASTICO 60CM CABO DE MADEIRA DUAS BORRACHAS MACIAS E FLEXIVEIS DE EVA	UNID	271
59	007.002.043	601242	RODO PLASTICO 40CM CABO DE MADEIRA DUAS BORRACHAS MACIAS E FLEXIVEIS DE EVA	UNID	190
60	007.001.055	298406	SABÃO BARRA GLICERINADO, NEUTRO, DE 200G, EMBALAGEM CONTENDO 5 UNIDADES, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES.	PCT	203
61	007.001.056	324827	SABÃO EM PÓ. AZUL, BIODEGRADÁVEL, CAIXA DE PAPELÃO C/ 500G, contendo o nome Do fabricante, data de Fabricação e prazo de Validade mínimo de 12 Meses. Com qualidade similar à marca Omo, Tixan ou Ypê.	CX	4871
62	007.002.151	443278	SABONETE 90 GRAMAS Características adicionais: a base de manteiga de carite	UND	500
63	040.008.008	604234	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO, ANTISÉPTICO APLICAÇÃO EM SABONETEIRA, AROMA SUAVE, ACO NDICIONADOS EM EMBALAGEM DE 5 LITROS, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses.	GL	509
64	007.002.049	481229	SACO PLASTICO P/ LIXO CAPACIDADE 30L PCT COM 10 UNIDADES	PCT	3022
65	007.002.050	481090	SACO PLASTICO P/ LIXO REFORÇADO 100 LITROS PCT C/ 10 UNID DE BOA QUALIDADE	PCT	4672
66	007.002.052	372616	SACO PLASTICO P/ LIXO REFORÇADO 50 LITROS PCT C/ 10 UNID DE BOA QUALIDADE	PCT	4010
67	007.002.051	226091	SACO PLASTICO PARA LIXO REFORÇADO 15 LITROS PCT C/ 10 UNID DE BOA QUALIDADE	PCT	1008
68	040.023.003	402413	SHAMPOO 350ML TIPO: NEUTRO APLICAÇÃO: ADULTO CABELOS NORMAIS	UNID	70
69	040.023.016	402414	SHAMPOO NEUTRO; INFANTIL, FRASCO 350 ML (CABELOS NORMAIS)	UND	70
70	040.008.028	381937	SODA CAUSTICA EMBALADA EM POTE DE 1 KG em escamas composta com hidróxido de sódio 96-98% contendo 01 kg.	UN	69
71	016.002.127	481231	TOALHA INTERFOLHA 2 DOBRAS 100% CELULOSE - 21/21CM 1000FLS	PC	1160
72	007.002.053	294495	VASSOURA DE CIPO C/ CABO DE BOA QUALIDADE	UNID	92
73	040.007.067	310124	VASSOURA DE PIAÇAVA EM PÉ COM CABO DE MADEIRA MEDIDA DA BASE: NO MINIMO 40 CM BASE EM POLIPROPILENO	UND	65
74	007.002.123	307429	VASSOURA EM CERDAS DE NYLON BASE NA LARGURA MÍNIMA DE 30 CM CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO ENCAIXE ROSQUEADO COM A PONTEIRA EM PLÁSTICO E ALTURA MÍNIMA DE 120 CM.	UND	197
75	007.002.125	421696	VASSOURA EM PÉLO ARTIFICIAL - EM PÉ COM CABO EM MADEIRA MEDIDA DA BASE: APROXIMADAMENTE 60 CM	UND	160
76	007.002.058	254833	VASSOURA PARA LIMPAR TETO CABO 3 METROS	UNID	46
77	040.008.095	318938	VASSOURÃO GARI P/ VARRER RUA	UND	38

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no <https://www.licitanet.com.br/>, e



as especificações constantes no Termo de Referência e no Edital, prevalecerão às últimas;

2.3 Dos órgãos participantes

São órgãos participantes deste Registro de Preços:

secretaria municipal de saúde - **SEMUSA**;

secretaria municipal de educação - **SEMEC**;

secretaria municipal de assistência social - **SEMAS**;

secretaria mun. meio ambiente, agricultura e turismo - **SEMAT**;

secretaria municipal de obras - **SEMOSP**;

secretaria municipal de administração - **SEMADRH**.

2.4. Enquadramento como bens

2.4.1 O objeto deste instrumento pode ser considerado como bem comum, pois, conforme prevê o decreto municipal nº 42/2023, a classificação do bem ou o serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco, ao interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

SEMOSP

A presente justificativa tem por objetivo respaldar a necessidade de aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Presidente Médici. A eficiência na prestação dos serviços públicos e a manutenção dos padrões adequados para o funcionamento das atividades são objetivos



primordiais desta solicitação. A aquisição desses materiais é essencial para assegurar a limpeza, desinfecção e conservação dos ambientes, equipamentos e utensílios utilizados nas instalações da Secretaria de Obras. Tais medidas são cruciais para mitigar riscos à saúde pública, prevenindo a disseminação de doenças ou bactérias. Além disso, a utilização de materiais adequados e de qualidade contribui significativamente para a preservação dos equipamentos e materiais de trabalho, promovendo a sua durabilidade e reduzindo custos com manutenção e substituição precoce. Os materiais a serem adquiridos visam cumprir as normas de segurança e higiene, além de representar um investimento na qualidade dos serviços prestados à população. A manutenção de um ambiente limpo e seguro é fundamental para o bem-estar dos colaboradores e usuários dos serviços públicos, refletindo diretamente na promoção da saúde pública e na eficiência desta Secretaria. O quantitativo a ser licitado inclui uma reserva para uso em eventuais intercorrências ou em atividades de rotina. Destaca-se que os materiais de limpeza são destinados à utilização na Garagem da Secretaria de Obras, compreendendo 01 escritório, 01 guarita, 03 banheiros, 01 refeitório c/ cozinha, 01 pátio e 01 depósito, bem como à limpeza e higienização do cemitério municipal Daniel Cortez. Diante do exposto, a aquisição dos materiais de limpeza e higiene fundamenta-se na necessidade de manter a higiene, conservação e funcionalidade das instalações da Secretaria de Obras, reafirmando o compromisso com a saúde pública e o atendimento eficiente às demandas da comunidade de Presidente Médici, Estado de Rondônia.

SEMUSA

Esta justificativa tem por finalidade fundamentar a necessidade de adquirir materiais de limpeza e higiene



destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Presidente Médici. A eficácia na prestação dos serviços públicos e a manutenção de padrões adequados para o funcionamento das atividades são os principais objetivos desta solicitação. A aquisição desses materiais é essencial para garantir a limpeza, desinfecção e conservação dos ambientes, equipamentos e utensílios utilizados nas instalações da Secretaria de Saúde. Tais medidas são vitais para reduzir riscos à saúde pública, prevenindo a propagação de doenças ou bactérias. Além disso, o uso de materiais adequados e de qualidade contribui significativamente para a preservação dos equipamentos e materiais de trabalho, promovendo sua durabilidade e reduzindo custos com manutenção e substituição precoce. Os materiais a serem adquiridos visam cumprir as normas de segurança e higiene, além de representar um investimento na qualidade dos serviços oferecidos à população. Manter um ambiente limpo e seguro é essencial para o bem-estar dos colaboradores e usuários dos serviços públicos, refletindo diretamente na promoção da saúde pública e na eficiência da Secretaria. Vale ressaltar que as unidades básicas de saúde promovem o Programa Saúde na Escola, na qual profissionais das áreas odontológicas, fazem palestra para os alunos e distribuem kits de higiene bucal. A ação é realizada 4 vezes ao ano, em 11 escolas municipais (conforme relatório disponibilizado pela coordenadora de Saúde Bucal Informação Complementar de 22/07/2024 (ID 466297)) realizando atendimento e disponibilização de kits de higiene bucal para os alunos da rede pública municipal. Salientamos que na ação realizada na comemoração de aniversário de emancipação municipal, foram dispensados 150 kits para as crianças nas quais compareceram na Tenda da Saúde. Portanto, a aquisição dos materiais de limpeza e higiene é justificada pela necessidade de manter a higiene, conservação e funcionalidade das instalações da



Secretaria de Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde pública e o atendimento eficiente às demandas da comunidade de Presidente Médici, Estado de Rondônia.

SEMADRH

A aquisição de Material de consumo de Limpeza, para atender as necessidades desta sede da prefeitura Municipal, distrito de Novo Riachuelo, Distrito de Estrela de Rondônia, rodoviária Municipal e Rodoviária do Agricultor.

SEMEC

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura SEMEC, localizada na Av. Macapá nº 1087, Bairro Cunha e Silva, Presidente Médici- RO, além da sede, é responsável pela manutenção das seguintes instalações: 08 (oito) unidades escolares na totalidade. Sendo: 03 (tres) Rurais e 04 (quatro) Urbanas; 01 (um) Estádio municipal e; 01 (um) Ginásio de Esporte e dependências. O Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material de material de limpeza e higiene, visa atender as necessidades das unidades escolares e/ou administrativas, conservando e melhorando a limpeza e higiene dos ambientes gerenciados pela SEMEC. A Secretaria de Educação, além de atender um público interno de aproximadamente 1691 alunos, e aproximadamente 300 servidores, atende um público externo cuja quantificação é imprevisível, considerando a realização de eventos no decorrer do ano letivo, como por exemplo: Abertura de ano letivo, Palestras e Cursos de Formação e aperfeiçoamento para servidores da Educação, datas comemorativas e Eventos aberto como a Comemoração alusiva ao 7 de Setembro, realização de Jogos Comunitários JOCOM, campeonatos, Projetos escolares, projetos esportivos, dentre outros relacionados à Educação, Esporte e Cultura.



SEMAS

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem buscado desenvolver atividades e conseguir meios que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade do Bem-Estar Social, ofertados à população, buscando principalmente realizar parcerias que possam viabilizar tais ações. Eficiência: O material de limpeza e higiene devem apresentar um diferencial competitivo forte para se destacar das demais, é com uma oferta de produtos e serviços de qualidade, além de um atendimento oferecido com excelência para garantir a melhor experiência aos usuários.

SEMAT

A aquisição dos materiais figura-se pela necessidade de suprir as necessidades constantes de higiene e limpeza das dependências desta SEMAT, com a finalidade de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins da Instituição. A SEMAT e suas dependências (barracão da feira municipal e o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, recebe diariamente em suas instalações um significativo número, servidores, fornecedores e produtores, os quais circulam nas diversas dependências desta Instituição, desta forma é importante proporcionar uma estrutura adequada à manutenção da limpeza e higiene. O quantitativo de pessoas que circulam no ambiente desta secretaria, bem como a importância dos serviços prestados pela instituição, justificam a necessidade da aquisição dos materiais de limpeza e higienização, visto que estes são necessários para a manutenção das instalações físicas desta SEMAT, bem como do Museu Regional e da Feira Municipal, que proporcionam o desempenho regular das atividades institucionais, mantendo um ambiente limpo, higienizado e apropriado para o atendimento da classe produtora. Considerando que a contratação anterior expira em



11/12/2024, é necessária a existência de nova contratação para atender a demanda de materiais de higiene e limpeza. Destaca-se, por fim, que os quantitativos foram estimados considerando a média de consumo dos últimos meses e considerando também uma Política de Estoque que evite o desabastecimento, pois a última aquisição do Registro de Preço garantirá saldo e até a conclusão de novo Procedimento Licitatório.

4.2. Local de Utilização:

Garagem da Secretaria de Obras;
Cemitério Municipal Daniel Cortez;
todas as unidades assistidas e ações realizadas pela
Secretaria Municipal de Saúde;
SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
EMEI PINGO DE GENTE (Creche);
EMEI PRIMEIROS TRAÇOS;
EMEF PROF. LUIZ CAPILLA;
EMEF 15 DE NOVEMBRO;
EMEIEF FLORESTAN FERNANDES;
EMMEIEF JUNQUEIRA FREIRE;
EMMEIEF RIO SÃO FRANCISCO;
RAIMUNDO ELEONELDES DOS SANTOS;
EDUARDO DE ANCHIETA;
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
ALMOXARIFADO CENTRAL;
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS;
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIASOCIAL -
CRAS;
CASA DE ACOLHIMENTO RUBENSVIEIRA MACIEL;
CONSELHO TUTELAR;
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV;
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Turismo;

5. METODOLOGIA DE CÁLCULO

5.1 As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base na análise da média de consumo do mensal **nos últimos 03 (três) anos** pelo sistema de gestão de estoque - partir disso, foi projetado quantitativo para consumo durante a vigência da ata, acrescido de margem de segurança, conforme quadro comparativo de cada secretaria juntado aos autos **ID 466296 (SEMUSA), ID 469253 (SEMAT), ID 469253 (SEMAS), ID 469059 (SEMEC), ID 463431 (SEMOSP), ID 468721 (SEMADRH)**.



6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

6.2. DA GARANTIA DO PRODUTO

A garantia consiste na obrigação por parte da empresa contratada, em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

6.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7. MODELO EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

As entregas serão efetuadas de acordo com a solicitação de cada Secretaria, no horário de segunda a sexta feira, sendo de 07h30min às 13h30min, não será aceito o recebimento fora do horário estipulado;

Os produtos a serem adquiridos, deverão ser entregues nas unidades abaixo relacionados. Caso ocorra alteração de endereço, será informado à contratada através de ofício pela própria Unidade, bem como constará no empenho o local da entrega.

	ENDEREÇO	TELEFONE	HORARIO ATENDIMENTO
Almoxarifado da SEMUSA	Rua Otavio Rodrigues Matos - Fundo Hospital Municipal	(69) 3471 - 1747	07:30 AS 13:30 HRS
Almoxarifado SEMEC	Avenida Dom Bosco nº1721		07:30 AS 13:30 HRS
Almoxarifado da SEMAS	Av. 7 de Setembro, nº1371	(69) 3471 - 1298	07:30 AS 13:30 HRS
ALMOXARIFADO DA SEMADRH	Av. São João Batista, nº 1613	(69) 3471 2551	07h30min às 13h30min



ALMOXARIFADO DA SEMOSP	Avenida Sete Setembro esquina com a Rua Nova Brasília, nº 1391		07h30min às 13h30min
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E TURISMO - SEMAT	Rua Marechal Deodoro, nº 1979 enfrente a Represa.	(69) 3471 1653	07h30min às 13h30min

7.2 O objeto contratado deverá ser entregue conforme quantidade e especificações pactuadas, observando o Termo de Referência, a Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7.3. **Prazos/Cronograma:** O prazo para entrega será de 15 (quinze) dias úteis após emissão da nota de empenho, de forma parcelada.

7.3.1 A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

7.3.2 Se o fornecedor vencedor tiver comprovadamente dificuldade para entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido, não sofrera multa, caso informe por escrito e oficialmente a Secretaria Municipal, através da Comissão de Recebimentos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda a data de entrega, apresentando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.3.3. Depois de esgotado o(s) prazo(s) concedido(s), a Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços aplicará as sanções administrativas previstas na Lei 14.133.



7.4. Recebimento: Será realizado pela Comissão de Recebimento, conforme previsto artigo 140, alíneas "a" e "b" da Lei Federal 14.133/21:

8 MODELO DE GESTÃO CONTRATO

8.1 O termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, I, da Lei nº14.133/2021, em virtude de se tratar de compra com entrega imediata dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3 A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da ata de registro de preço ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

8.2. ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1 A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2 As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido neste termo.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem



absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.3 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.3.2 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9. ESTIMATIVA DO VALOR

9.1. O custo dos materiais dá-se de acordo com os menores preços praticados no mercado conforme demonstrado na cotação anexo, sendo o valor total de **R\$ 728.469,17.**

9.2. O custo foi apurado com base nas pesquisas/cotações no banco de preço.

9.3. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO;**

9.4 No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes à entrega do objeto. Caso haja necessidade de troca do produto, as despesas também ficam a cargo do fornecedor;

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor requisitante, conforme disposto no Decreto Municipal nº.61/2023 e art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requisitante, á seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

10.3. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:



- a. A descrição do material que deve ser pela Denominação Comunicação Brasileira - DCB (Lei 9.787 de 10.02.1999);
- b. Lote e validade dos itens/produtos;
- c. Valor unitário do produto de acordo com a nota de empenho
- d. Identificação de Número do Processo e identificação da Nota de empenho;
- e. Identificação do Banco (código), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária
- f. A Contratante deverá informar conta no Banco Brasil ou Caixa Econômica Federal, caso não tenha a mesma deverá se responsabilizar pelos valores dos serviços de TED ou DOC cobrando por outra agência.

10.4. As Notas Fiscais/Faturas deverão seguir acompanhadas em anexo para análise quanto à liquidação/pagamento dos respectivos comprovantes Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa Débitos Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Débitos Trabalhistas, conforme determina a Lei.

10.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 DA PROPOSTA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma



ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

11.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3 Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor);

11.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede,



acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.11. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

11.12. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

11.13. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

11.14. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

11.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

11.16 Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive



aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.23 Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial - (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

11.24 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº



11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.25 Qualificação Técnica

Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

11.25.1 O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

11.26 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias do Município interessados na ARP, quando houver.

12.2 Se a futura e eventual contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Presidente Médici-RO conforme abaixo:



SEMOSP

Unidade Orçamentaria: Secretaria Municipal de Obras e
Serviços Públicos

Programação: 2032

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 091

SEMUSA

AB

Unidade Orçamentária: 10.301 0014 2212 0000

Programa: 2212

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 220

MAC

Unidade Orçamentária: 10.302 0014 2072 0000

Programa: 2072

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 234

CAPS

Unidade Orçamentária: 10.302 0014 2074 0000

Programa: 2074

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 237

VISA

Unidade Orçamentária: 10.304 0014 2077 0000

Programa: 2077

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 248

EPIDEMIOLOGIA

Unidade Orçamentária: 10.305 0014 2076 0000

Programa: 2076

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 252



FARMACIA BASICA Unidade Orçamentária: 10.303 0014 2075 0000

Programa: 2075

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 242

CMS

Unidade Orçamentária: 10.122 0013 2061 0000

Programa: 2061

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 266

RP

Unidade Orçamentária: 10.122 0013 2059 0000

Programa: 2059

Elemento de despesas: 3.3.90.30.00

Ficha: 258

SEMADRH

Unidade Orçamentaria: secretaria municipal de administração
e recursos humanos

Programação: 2010

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 37

SEMEC

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 122 0010 2039 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 113

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2050 0002

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 136

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2054 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00



Ficha: 487

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2054 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 162

Unidade Orçamentária: 12 122 0010

Programação: 12 361 0010 2054 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 163

Unidade Orçamentária: 12 365 0010

Programação: 12 365 0010 2052 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 176

Unidade Orçamentária: 12 365 0010

Programação: 12 365 0010 2052 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 177

Unidade Orçamentária: 12 367 0010

Programação: 12 367 0010 2050 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 190

Unidade Orçamentária: 13 122 0011

Programação: 13 122 0011 2047 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 201

Unidade Orçamentária: 13 122 0011

Programação: 13 122 0011 2047 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 205

SEMAS

Unidade Orçamentária: Fundo Mun. Assistência Social - FNAS

Programação: 08.244.0016.2083.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00



Ficha: 323

Programação: 08.244.0016.2084.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 336 e 534

Programação: 08.244.0016.2088.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 349 e 532

Programação: 08.244.0016.2089.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 361, 525 e 546

Programação: 08.244.0016.2233.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 377 e 545

Programação: 08.244.0016.2235.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 385 e 542

Programação: 08.244.0012.2236.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 387

Programação: 08.244.0012.2237.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 389

Programação: 08.244.0012.2246.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 424

Programação: 08.244.0012.2288.0003

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 447

Programação: 08.122.0004.2080.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 396

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

Programação: 08.243.0017.2243.0000



Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 412

SEMAT

Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Médici

Unidade Orçamentaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente,
Agricultura e Turismo

Programação: 0004.2023. MAN. ATIVIDADES ADM. E OPERACIONAIS.
- SEMAT

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 64

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

13.2 Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

13.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

13.5 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

13.6 Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante



documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

13.7 Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus **quadros, funcionários ou servidores do Município de Presidente Médici**, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1 Da Contratante

14.1.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto deste termo de referência, através de representantes designados pela Secretaria (Comissão de Recebimento e Comissão de Certificação);

14.1.2. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital;

14.1.3. Não permitir que outrem execute objeto do presente Termo de Referência;

14.1.4. Aplicar a contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis

14.1.5. Devolver os produtos caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, ficando a contratada sujeita às sanções cabíveis.

14.1.6. A Contratante, por meio da Comissão de Certificação, motivará a apuração de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste pedido, por parte da Contratada.

14.2 Da Contratada

14.2.1 Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

14.2.2 Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

14.2.3 Proceder a entrega dos itens, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento



equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

14.2.4 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação.

14.2.5 Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

14.2.6 Atender prontamente às solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

14.2.7 Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos itens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;

14.2.8 Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

14.2.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;

14.2.10 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

14.2.11 Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas,



e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

14.2.12 Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução/entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

14.2.13 Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

14.2.14 Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

14.2.15 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

14.2.16 Indicar e-mail e número de Whatsapp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

14.2.17 É de responsabilidade da Detentora da Ata refazer por sua conta, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos rejeitados, não aceitos, por má execução ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente.

Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficará a cargo exclusivo da DETENTORA DA ATA não sendo reembolsável pelo Município.

14.2.18 A DETENTORA DA ATA deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; nº do telefone fixo e celular; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência da ata.



14.2.19 A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ATA, observado os limites de quantidades estipulados.

15. DAS CLÁUSULAS INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1 As condições e regras do contrato, encontram-se pormenorizada em tópicos específicos na Minuta de Contrato, apêndice do Edital.

16. DA JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DE REGISTRO PREÇO

16.1 Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme o art. 63, do Decreto Municipal nº 40/2023, observadas as seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

16.2 O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

16.3 O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações,



transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

16.4 A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços JUSTIFICA-SE pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

18. DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDOR

Para as licitantes que registraram a intenção no sistema de participar do cadastro de reserva de fornecedores neste certame.

Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o cadastro reserva através do sistema (licitanet) antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item como valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art.18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



1.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.1.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem



19.1.14 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens ANTERIORES deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens ANTERIORES, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Na aplicação das sanções serão considerados:

19.1.15 A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.1.16 As peculiaridades do caso concreto;

19.1.17 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.1.18. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.1.19. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.1.20 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



19.1.21 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.1.22 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.1.23 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20. APÊNDICES

I - Minuta da Ata de Registro de Preço ([ID 511352](#))

II - Minuta da Ata de Cadastro Reserva ([ID 511355](#))

21. INFORMAÇÕES GERAIS

21.1 Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

Presidente Médici, 14 de outubro de 2023.

Aprovado por:

Sandro Silva Secorun

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Wiara Rafaela Pessatto Piovesan

Secretária Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Turismo

Nayara Lopes de Melo

Secretária Municipal do Bem Estar e Assistência Social

MARIA CECILIA SIMOES SILVA

Secretária municipal de saúde

José Olegário da Silva

Secretário Municipal de Educação

Hugo Ribeiro Sprey

SECRETARIO MUN. DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

Av. São João Batista, nº 1613 - Centro - Presidente Médici / RO - CEP: 76.916-000

www.presidentemedici.ro.gov.br



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **HUGO RIBEIRO SPREY, SECRETARIO MUN. DE OBRAS E SERV. PUBLICOS**, em 14/11/2024 às 10:04, horário de Presidente Médici/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 230 de 26/11/2019.](#)



Documento assinado eletronicamente por **NAYARA LOPES DE MELO, SECRETÁRIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, em 14/11/2024 às 10:29, horário de Presidente Médici/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 230 de 26/11/2019.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO SILVA SECORUN, SECRETARIO MUN DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**, em 14/11/2024 às 11:56, horário de Presidente Médici/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 230 de 26/11/2019.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CECILIA SIMOES SILVA, SEC. MUN. DE SAÚDE E GESTOR DO FUNDO**, em 14/11/2024 às 12:02, horário de Presidente Médici/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 230 de 26/11/2019.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JOSE OLEGARIO DA SILVA, SECRETARIO DE EDUCAÇÃO**, em 14/11/2024 às 17:07, horário de Presidente Médici/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 230 de 26/11/2019.](#)



Documento assinado eletronicamente por **WIARA RAFAELA PESSATTO PIOVESAN, Secretária Mun. de Meio Ambiente, Agri. e Turismo**, em 18/11/2024 às 07:49, horário de Presidente Médici/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 230 de 26/11/2019.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.presidentemedici.ro.gov.br, informando o ID **511362** e o código verificador **4FA21C5D**.

Referência: [Processo nº 1-1075/2024.](#)

Docto ID: 511362
v1



ANEXO II

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL - CPLM

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 102/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1075/SEMADRH/2024

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE: (SOMENTE IDENTIFICAR A EMPRESA NO FINAL DA DISPUTA DE LANCES, OU SEJA, QUANDO FOR ENCAMINHAR OS ENVELOPES PARA A PREFEITURA).

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO E TELEFONE:

AGÊNCIA E NUMERO DA CONTA BANCÁRIA:

Registro de Preço para aquisição de Materiais de Limpeza de uso em geral, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura municipal de Presidente Médici/RO em adquirir os produtos, por um período de 12 (doze) meses.

Item	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL	MARCA/FABRICANTE	MODEL O	ANO/FABRICAÇÃO
1	ABSORVENTE Para uso externo, suave, sem abas, para o dia, tamanho e espessura normal, pacote com aproximadamente 08 und.	PCT	80					
2	ABSORVENTE HIGIÊNICO PARA USO EXTERNO, SUAVE, COM ABAS pacote com aproximadamente 08 und.	PCT	70					
3	AGUA SANITARIA FRASCO 1 LITRO Com as normas técnicas: registro no Ministério da Saúde e Unidade de Fornecimento.	FRASC	7080					
4	AMACIANTE DE ROUPAS EM FRASCO PLÁSTICO COM 2 LITROS. LIQUIDO, VISCOSO OPACO, COR AZUL CLARO, FRAGANCIA FLORAL. DILUIÇÃO DE 5 A 8 ML POR QUILO DE ROUPA. PRODUTO INDICADO PARA USO PROFISSIONAL. NOTIFICADO PELA ANVISA.	FR	90					
5	APARELHO BARBEAR TIPO: DESCARTÁVEL MATERIAL LÂMINA: AÇO QUANTIDADE: LÂMINA: 2 UND MATERIAL CABO: PLASTICO EMBALAGEM COM 02 UNIDADE	UND	290					
6	BALDE PLASTICO 12LT 1ª QUALIDADE PEDREIRO COR PRETO	UNID	98					
7	CERA LIQUIDA INCOLOR PARA VÁRIOS TIPO DE PISO – EMBALAGEM DE 5 LITROS Emulsionada é formulada com matérias primas especiais que proporcionam um brilho intenso e de longa duração.	UNID	117					
8	CERA LIQUIDA COR AMARELA PARA VÁRIOS TIPOS DE PISO Características adicionais: Embalagem de 5 litros emulsionada é formulada com matérias primas especiais que proporcionam um brilho intenso e de longa duração	UNID	50					
9	CESTA PARA LIXO COM TAMPA BASCULANTE 45 LITROS	UNID	86					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



10	CESTO COM ALÇA DE ALTA RESISTÊNCIA E TAMPA CAPACIDADE 90 LITROS Características adicionais: Com pedal	UND	68					
11	CESTO PARA LIXO COM TAMPA E PEDAL 10 LITROS	UND	84					
12	CESTO PARA LIXO COM TAMPA E PEDAL 30 LITROS	UNID	173					
13	CESTO PLASTICO FECHADO PARA LIXO CAPACIDADE DE 100 LITROS COM TAMPA	UNID	41					
14	CESTO TELADO PARA LIXO CAPACIDADE 10 LITROS	UNID	63					
15	CONDICIONADOR CABELO INFANTIL SEM ÁLCOOL E COM PH BALANCEADO FRASCO APROXIMADAMENTE 200 ML	UND	50					
16	CONDICIONADOR CABELOS ADULTO, FRASCO APROXIMADAMENTE 200ML SEM ÁLCOOL E COM PH BALANCEADO	UNID	70					
17	CREME DE PENTEAR CAPILAR SEM ENXAGUE PARA ADULTO, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 300 ML COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO D E MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UND	70					
18	CREME DE PENTEAR INFANTIL PARA CABELOS NORMAIS, FRASCO APROXIMADAMENTE 300ML	UND	50					
19	CREME DENTAL COM FLÚOR. (ADULTO) Sua formula em creme. Refresca hálito. Fortalece os dentes. Possui p roteção anticárie com flúor. Bisnaga plástica com 90g.	UND	2180					
20	CREME DENTAL COM FLÚOR. (INFANTIL) Suave fórmula em gel. Com flúor, que ajuda na prevenção contra cáries. Sabor: tutti-frutti, Nível de Flúor: 1100PPM. Bisnaga plástica com 50g.	UND	3090					
21	DESINFETANTE LIMPEZA PESADA Características adicionais: frasco 500ml	UND	1669					
22	DESINFETANTE P/ BANHEIRO, FRASCO 2 LITROS Características adicionais: frasco 2 litros para uso geral, germicida e bactericida com eficiência, com aroma variados.	UND	4760					
23	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE TIPO AEROSOL COM PERFUME PRAZO VALIDADE: MÍNIMO 80% DA DATA DE FABRICAÇÃO ANTITRANSPIRANTE COMPOST ÁLCOOL ETILICO	UND	70					
24	DESODORIZADOR DE AR SPRAY 360 ML	UND	405					
25	DETERGENTE LIQUIDO LAVA LOUÇA 500ML DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS/PRESERVANTES E ESPESSANTES, COMPO NENTE ATIVO LINEAR alquilbenzeno SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO LAVAGEM DE LOUÇA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	UND	8558					
26	ESCOVA DENTAL ADULTO Com cerdas arredondadas. Possui cabo cônico ergonômico, que evita o acúmulo de sujeira. Embalagem com 1 unidade	EMB	1100					
27	ESCOVA DENTAL INFANTIL CABO PLÁSTICO, RÍGIDO, RESISTENTE E ANATÔMICO COM CERDAS DE NYLON EXTRA MACIAS COM PONTAS	UN	3070					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



	ARREDONDADAS APARADAS UNIFORMENTE EM CORES SORTIDAS EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.							
28	ESCOVA P VASO SANITARIO Material cerdas de nylon, aplicação: limpeza de sanitário, medidas cabo com 38 cm.	UN	69					
29	ESCOVA PARA LAVAR UNHA escova unha Material corpo: plástico Material cerdas: náilon Tipo: monofase Cor cerdas: branca	UND	30					
30	ESCOVA PRA LAVAR ROUPA EM PLASTICO RESISTENTE	UNID	79					
31	ESPONJA DE LÃ DE AÇO Características adicionais: pacote com 8 unid	UND	1314					
32	ESPONJA DE LAVAR LOUÇA DUPLA FACE EMPACOTADO INDIVIDUALMENTE	UNID	3039					
33	ESPONJA PARA BANHO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UND	110					
34	FILTRO DE PAPEL (PARA CAFÉ) Nº 103 CX C/ 30 UND	CX	52					
35	FIO DENTAL EM EMBALAGEM RIGIDA DE PLASTICO, ENCERADO DE 50M EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	UND	2030					
36	FLANELA PARA LIMPEZA DE BOA QUALIDADE 40X60CM	UNID	729					
37	GUARDANAPO DE PAPEL FOLHA SIMPLES 24X24CM Com 50 und	PCT	1125					
38	HASTE FLEXÍVEL COM 02 PONTAS, PCT COM 75 UND MATERIAL PONTA: ALGODÃO MATERIAL HASTE: PLÁSTICO	PCT	55					
39	INSETICIDA AEROSOL 300ML CONTRA FORMIGA,BARATA,MOSCA,MOSQUITO DA DENGUE	FRASC	285					
40	ISQUEIRO A GÁS DESCARTÁVEL 8.0 CM	UND	173					
41	LIMPA ALUMINIO 500ML	FRASC	1479					
42	LIMPADOR DE VIDRO COM PULVERIZADOR 500ML	FRASC	299					
43	LIMPADOR MULTIUSO 500ML	FRASC	1274					
44	LIXEIRA DE COPOS COM 2 TUBOS (ÁGUA E CAFÉ) Possui 02 (dois) tubos sendo um para descarte de copos de 180/200mL (água) e, o outro, para descarte de copos de 50mL (café), os tubos são extrusados em plástico resistente, fixado em base plástico. Acompanha adesivos correspondente (lixo copo café / lixo copo água).	UND	20					
45	PÁ P/ LIXO EM ALUMINIO C/ CABO DE MADEIRA	UND	83					
46	PALITO DE FOSFORO CURTO CX C/ 40 UNIDADE MAÇO C/ 10	MC	130					
47	PALITO DENTAL DE BAMBU CAIXA COM 100 UNID	CX	115					
48	PALITO PARA ESPETINHO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	62					
49	PANO DE CHÃO ATOALHADO Pano de Chão Atoalhado (Felpudo) TAMANHO do pano: 50 cm X 90 cm COMPOSIÇÃO: 85% Algodão e 15% Poliester ÓTIMA ABSORÇÃO, NÃO SOLTA PELOS (FIAPOS).	UND	662					
50	PANO DE LIMPAR CHAO EM ALGODAO, QUE NAO SEJA TIPO SACO, BOA QUALIDADE 90 CM PANO DE LIMPAR CHAO EM ALGODAO QUE NAO SEJA TIPO SACO BOA QUALIDADE 90 CM	UNID	385					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



51	PANO DE LIMPEZA PARA ARTESANATO Material: algodão cru, comprimento:85 cm, largura:60 cm, características: chão tipo: saco Características adicionais: (rolo de 100 metros)	RL	37					
52	PANO DE PRATO ALGODÃO 100% algodão, de boa qualidade medindo aprox. 30x40 cm	UND	804					
53	PAPEL HIGIENICO BRANCO, PICOT., FOLHA DUPLA, PCT 4 ROLOS 30 MT X 10 CM	PCT	7482					
54	PAPEL HIGIENICO BRANCO, PICOT., FOLHA DUPLA, PCT 4 ROLOS 30 MT X 10 CM	PCT	2493					
55	PAPEL TOALHA PICOTADO BRANCO COM 2 ROLOS 40 METROS 30 MT X 10 CM	PCT	3280					
56	PEDRA SANITARIA COM REDE PROTETORA 25G	UNID	1240					
57	PENTE PARA CABELO Em plástico rígido, profissional, dentes finos, resistente e com tamanho de 21cm.	UND	40					
58	REMOVEDOR DE LIMPEZA PESADA - EMBALAGEM DE 2 LITROS PARA ELIMINAR SUJEIRAS E ENCARDIDOS DE PISO	UND	130					
59	RODO PLASTICO 60CM CABO DE MADEIRA DUAS BORRACHAS MACIAS E FLEXIVEIS DE EVA	UNID	271					
60	RODO PLASTICO 40CM CABO DE MADEIRA DUAS BORRACHAS MACIAS E FLEXIVEIS DE EVA	UNID	190					
62	SABÃO BARRA GLICERINADO, NEUTRO, DE 200G, EMBALAGEM CONTENDO 5 UNIDADES, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES.	PCT	203					
63	SABÃO EM PÓ. AZUL, BIODEGRADÁVEL, CAIXA DE PAPELÃO C/ 500G, contendo o nome Do fabricante, data de Fabricação e prazo de Validade mínimo de 12 Meses. Com qualidade similar à marca Omo, Tixan ou Ypê.	CX	4871					
64	SABONETE 90 GRAMAS Características adicionais: a base de manteiga de carite	UND	500					
65	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO, ANTISÉPTICO APLICAÇÃO EM SABONETEIRA, AROMA SUAVE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE 5 LITROS, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses	GL	509					
66	SACO PLASTICO P/ LIXO CAPACIDADE 30L PCT COM 10 UNIDADES	PCT	3022					
67	SACO PLASTICO P/ LIXO REFORÇADO 100 LITROS PCT C/ 10 UNID DE BOA QUALIDADE	PCT	4672					
68	SACO PLASTICO P/ LIXO REFORÇADO 50 LITROS PCT C/ 10 UNID DE BOA QUALIDADE	PCT	4010					
69	SACO PLASTICO PARA LIXO REFORÇADO 15 LITROS PCT C/ 10 UNID DE BOA QUALIDADE	PCT	1008					
70	SHAMPOO 350ML TIPO: NEUTRO APLICAÇÃO: ADULTO CABELOS NORMAIS	UNID	70					
71	SHAMPOO NEUTRO; INFANTIL, FRASCO 350 ML (CABELOS NORMAIS)	UND	70					
72	SODA CAUSTICA EMBALADA EM POTE DE 1 KG em escamas composta com	UN	69					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMARF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



	hidróxido de sódio 96-98% contendo 01 kg.							
73	TOALHA INTERFOLHA 2 DOBRAS 100% CELULOSE - 21/21CM 1000FLS	PC	1160					
	VASSOURA DE CIPO C/ CABO DE BOA QUALIDADE	UNID	92					
74	VASSOURA DE PIAÇAVA EM PÉ COM CABO DE MADEIRA MEDIDA DA BASE: NO MINIMO 40 CM BASE EM POLIPROPILENO	UND	65					
75	VASSOURA EM CERDAS DE NYLON BASE NA LARGURA MÍNIMA DE 30 CM CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO ENCAIXE ROSQUEADO COM A PONTEIRA EM PLÁSTICO E ALTURA MÍNIMA DE 120 CM.	UND	197					
76	VASSOURA EM PÊLO ARTIFICIAL - EM PÉ COM CABO EM MADEIRA MEDIDA DA BASE: APROXIMADAMENTE 60 CM	UND	160					
77	VASSOURA PARA LIMPAR TETO CABO 3 METROS	UNID	46					
78	VASSOURÃO GARI P/ VARRER RUA	UND	38					
ITENS COM AMPLA PARTICIPAÇÃO								
ITENS COM COTAS RESERVADAS								
ITENS EXCLUSIVOS PARA M.E.I/ME/EPP								
As empresas participantes do certame, deverão se atentar as especificações completa de cada item(s) descrito(s) no termo de referência, anexado ao edital.								
VALOR TOTAL								
CONSIDERAÇÕES GERAIS:								
A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação								
A proposta terá validade de 60 (dia), a partir da data de abertura do Pregão								
O Prazo de entrega será conforme determinado no Termo de Referência e Edital								
O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.)								
Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 10.520/02.								
Declaramos para os devidos fins que estamos sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123/06 e 147/2014 Sim () ou Não ().								
(Local e Data)								
(Responsável Legal e Assinatura)								

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 102/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1075/SEMAD/2024

1 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

1.1. Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:

1.1.1 Documentação relativa à qualificação jurídica:



- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração;
- b) No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício;
- c) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) Cópia do documento oficial onde constem número do RG e CPF dos sócios ou do Sócio Administrador (autenticados em cartório ou cópias acompanhadas dos originais);
- f) Em caso de procurador deve apresentar também cópia dos documentos (RG e CPF) do Procurador, devidamente acompanhado do instrumento de PROCURAÇÃO.

1.1.2. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440 de 07 de Julho 2011) – Emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;

1.1.3. Documentação relativa à qualificação econômica e financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante. Documentos este que terá prazo de validade de 30 (trinta) dias após a emissão.

1.1.4. Declarações e demais documentos necessários:

- a) **Declaração Conjunta** (ME ou EPP; Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação; Não emprega menor e Inexistência do Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração) conforme modelo anexo 03;
- b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto desta licitação, consistente na apresentação de **01 (um) ou mais**, ATESTADOS OU DECLARAÇÕES DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecidos



por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento com qualidade, conforme objeto deste pregão.

c) Alvará de Licença para Funcionamento, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, em vigor.

d) Certificado de registro na Agência Nacional do Petróleo – ANP, onde a empresa encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda a varejo de combustíveis automotivos em seu próprio estabelecimento. Os combustíveis comercializados por este agente deverão ser adquiridos de empresas devidamente autorizadas pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos.

e) Os documentos (original ou cópia autenticada) exigidos para habilitação deverá ser **ENVIADO** na ordem em que foram solicitados e em **um único** anexo em **PDF COMPRIMIDO**, neste ultimo conforme Decreto Municipal 230/2019, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis pelo sistema Licitanet.

f) As Licitantes terão que apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; **já exigíveis e apresentados na forma da Lei**, que comprove a boa situação financeira da empresa. Tais documentos terão que estar devidamente **AUTENTICADO** ou **REGISTRADO** na Junta Comercial do Respectivo Estado, devidamente acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, que comprova a regularidade do Contabilista nos termos do art. 28, da Resolução CFC nº 825/98. Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

g) Os documentos referidos na alínea e) deste edital, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

h) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de cálculos de índices contábeis, Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

ILG = -----;



Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

ISG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

ILC= -----;

Passivo Circulante

i) O balanço deve ser apresentado com termo de abertura e encerramento, devidamente registrado ou autenticado pela junta comercial do estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED.

j) Empresa constituída a menos de um ano admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referente ao período de existência da sociedade, substituível pelo balanço de abertura devidamente autenticado ou registrado na junta comercial do estado ou que tenha sido transmitido via SPED.

1.2. O (a) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

1.4. Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 102/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1075/SEMAD/2024

Modelo de declaração CONJUNTA:



ME ou EPP; Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (conforme Lei nº. 14.133/21); Não emprega menor e Inexistência do Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº....., sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06.
- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- Declaramos para os fins do disposto no para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração publica Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaração de que os proprietários, sócios e gerentes das empresas participantes não são servidores públicos.

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art.



299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21

(Local e Data)

(Responsável legal e assinatura)

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 102/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1075/SEMAD/2023

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI/RO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.
PROCESSO Nº. 1075/SEMADRH/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXXXX

Aos XX dias do mês de XX do ano de dois mil e vinte e quatro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 04.632.212/0001-42, com sede na Av. São João Batista, 1613, nesta cidade de Presidente Médici/RO, e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, Cláusula II, nos termos do art. 40 Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 40 de 14 de Março de 2023, de acordo as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2024, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Materiais de Limpeza de uso em geral, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

CLÁUSULA III - ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador serão as Secretarias Municipais da Prefeitura de Presidente Medici/RO.

3.2. Caberá às Secretarias Municipais a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro preço e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, I, do Decreto Municipal 40/2023.



3.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 40/2023.

3.4. Será órgão participante do registro de preços:

secretaria municipal de saúde;

secretaria municipal de educação;

secretaria municipal de assistência social;

secretaria mun. meio ambiente, agricultura e turismo;

secretaria municipal de administração;

secretaria municipal de obras;

4. CLÁUSULA IV – DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 40/2023, no Art. 87 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 87 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 87 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

CLÁUSULA V – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;



III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VI – DA VIGÊNCIA DA ATA

6.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

6.2. Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

6.3. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de **24 (VINTE E QUATRO) horas**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 40/23, assinar a ata de registro de preços.

6.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6.5 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.6 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

6.7 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.8 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.



CLÁUSULA VII – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido, nos termos do disposto na norma contida na alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.



7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO PREÇO

8.1 . A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema E-PROC da Prefeitura Municipal de Presidente Médici, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no decreto municipal nº 40/2023.

8.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

8.3.A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

8.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)



10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv - **Multa:**

- 1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;
- 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 40/23, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

CLÁUSULA XII – DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

13.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.



13.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 40/2023, CF/1988, e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição.**

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas. Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

EMPRESA DETENTORA:

MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA
XX/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI/RO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2024
CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES N.º
PROCESSO N.º 1075/SEMADRH/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI/RO**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.632.212/001-42, com sede na Avenida São João Batista, nº. 1613, nesta cidade de Presidente Medici-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 40 de 14 de Março de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar no(s) lote(s) xxxx do Pregão Eletrônico nº xx/xx, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito Termo referência e do Edital do referido Pregão, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Materiais de Limpeza de uso em geral, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.



1.2 Segue, abaixo, relação dos licitantes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) ITEM(S) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoantes registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de realização da sessão pública do pregão.

ITEM NA ARP	ESPECIFICA ÇÃO	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTID ADE	ORDEM CADAST RO RESERV A	MAR CA	V.UNI T. DO ITEM EM R\$	EMPRESA DETENTO RA DA ATA DE REGISTR O PREÇO
01				01			
				02			
				03			
02				01			
				02			
				03			

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

ÓRGÃO GERENCIADOR

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....